



NORMA DE PROCEDIMENTO – SPO Nº 006

<b>Tema:</b>	Alteração Orçamentária e de Programação Financeira		
<b>Emitente:</b>	Secretaria de Estado de Economia e Planejamento - SEP		
<b>Sistema:</b>	Sistema de Planejamento e Orçamento	<b>Código:</b>	SPO
<b>Versão:</b>	2	<b>Aprovação:</b>	Portaria nº 011 – R de 20 de março de 2020
		<b>Vigência:</b>	20/03/2020

## 1. OBJETIVOS

1.1 Disciplinar e orientar os Órgãos e Entidades do Governo Estadual na abertura de processos de solicitações de alterações orçamentárias e de programação financeira.

## 2. ABRANGÊNCIA

2.1 Órgãos da Administração Direta e Entidades da Administração Indireta do Poder Executivo Estadual, inclusive as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

2.2 Essa norma se aplica aos pedidos formulados pelos Poderes da Administração Pública Estadual no que couber.

## 3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1 Constituição Federal de 1988;

3.2 Constituição Estadual do Estado do Espírito Santo de 1989;

3.3 Lei Complementar nº. 101/2000 - LRF;

3.4 Lei nº 4.320/1964;

3.5 Portarias Interministeriais e da Secretaria do Tesouro Nacional que interferem na matéria e demais normas relacionadas ao assunto;

3.6 Lei Estadual do Plano Plurianual – PPA em vigor;

3.7 Lei Estadual de Diretrizes Orçamentárias – LDO em vigor;

3.8 Lei Estadual de Orçamento Anual – LOA em vigor;

3.9 Decreto de Programação Orçamentária e Financeira em vigor;



3.10 Decreto nº 4.580-R, de 19 de fevereiro de 2020.

---

---

## 4. DEFINIÇÕES

---

---

**4.1 Crédito Adicional** - as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento, podendo ser classificados em Suplementares, Especiais e Extraordinários.

**4.1.1 Créditos Suplementares** - os destinados a reforço de dotação orçamentária;

**4.1.2 Créditos Especiais** - os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

**4.1.3 Créditos Extraordinários** - os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública;

**4.2 Origem dos recursos para abertura de crédito adicional** – a abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis (itens 4.2.1 a 4.2.5) para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa;

**4.2.1 Anulação parcial ou total de dotações orçamentárias;**

**4.2.2 Excesso de arrecadação;**

**4.2.3 Superávit Financeiro;**

**4.2.4 Produto de operações de crédito autorizadas;**

**4.2.5 Anuladas de Reserva de contingência.**

**4.3 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** - Lei de iniciativa do Poder Executivo, que contém as metas e prioridades da administração para o exercício financeiro subsequente, elaborada em consonância com o PPA e que orientará a elaboração da LOA;

**4.4 Lei Orçamentária Anual (LOA)** - Lei de iniciativa do Poder Executivo, que determina o detalhamento do PPA a ser realizado em cada ano. Contém a estimativa da receita e a fixação das despesas para cada exercício, compreendendo a programação das ações a serem executadas, visando a concretizar os objetivos e metas programadas no PPA e estabelecidas na LDO.

**4.5 Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo (SIGEFES)** - Ambiente tecnológico de Planejamento Estratégico, a Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Estado, de uso obrigatório pelos órgãos



da Administra Direta e Entidades da Administração Indireta, do Poder Executivo, constituídas pelas autarquias, fundações e fundos especiais e pelas empresas estatais dependentes modernizar e integrar em um único.

**4.6 E-DOCS:** Sistema corporativo de autuação e tramitação de documentos arquivísticos.

**4.7 Decreto de Programação Financeira:** Decreto emitido anualmente para estabelecer a Programação Financeira e Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal e Leis Orçamentárias.

---

---

## **5. UNIDADES FUNCIONAIS ENVOLVIDAS**

---

---

**5.1** Secretaria de Estado de Economia e Planejamento - SEP;

**5.2** Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ;

**5.3** Unidades Orçamentárias dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública.

---

---

## **6. PROCEDIMENTOS**

---

---

### **6.1 CRÉDITO ADICIONAL E/OU ALTERAÇÃO PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA**

#### **6.1.1 Solicitação de Crédito Adicional e/ou Alteração de Programação Financeira**

O processo deve ser elaborado conforme Nota Técnica nº 001/2020 – SUBEO/SEP, sendo imperativa autorização do titular da Secretaria ou a quem foi delegada competência e a ciência do Grupo de Planejamento e Orçamento (GPO) ou setor equivalente, antes de ser submetido à SEP.

Nos casos de Créditos Adicionais, a Solicitação de Crédito (SC) contabilizada no SIGEFES deve ser capturada no E-DOCS quando se tratar da tramitação de processos em meio eletrônico.

#### **6.1.2 Recebimento da solicitação**

Triagem inicial do pedido e encaminhamento a Subsecretaria de Orçamento.

#### **6.1.3 Análise Preliminar**

Encaminhamento da solicitação e diretrizes gerais para subsidiar a análise.

#### **6.1.4 Distribuição dos Processos**



Distribuição de acordo com as instruções iniciais para análise e parecer.

#### **6.1.5 Análise de Solicitação**

A análise da solicitação pelo técnico da SEP visa verificar se o pedido contém todos os elementos necessários para a alteração almejada.

#### **6.1.6 Emitir Parecer**

Elaboração do parecer técnico.

O Decreto de Programação Financeira estabelece os casos em que é necessária a anuência de outros setores.

#### **6.1.7 Despacho para SEFAZ**

Despacho do Gestor da GEPRO para anuência da SEFAZ.

#### **6.1.8 Despacho para SUBCAP**

Despacho do Gestor da GEPRO para anuência da SUBCAP.

#### **6.1.9 Manifestação da SEFAZ**

Quando for o caso, a aprovação da Secretaria da Fazenda é condicionante para atendimento do pedido.

#### **6.1.10 Manifestação da SUBCAP**

Quando for o caso, a aprovação da SUBCAP é condicionante para atendimento do pedido.

#### **6.1.11 Análise do parecer e minutas**

Verificação se a instrução do pedido é suficiente para embasar a apreciação do pedido e se os anexos estão de acordo com a legislação em vigor.

#### **6.1.12 Retificação Parecer e/ou minutas**

Correção ou adição de informações levantadas na revisão da instrução do pedido.

#### **6.1.13 Encaminhamento ao Secretário SEP**

Revisão final antes do pedido ser encaminhado ao Secretário para apreciação.

#### **6.1.14 Manifestação Secretário SEP**

Nos casos de pedido de crédito adicional, se autorizado pelo Secretário SEP, a solicitação segue para o Governador. Por seu turno, as alterações de programação financeira podem ser autorizadas pelo Secretário SEP e, nos termos do Decreto de Programação Financeira, segue para atendimento no SIGEFES.

#### **6.1.15 Encaminhamento ao Governador**



Encaminhamento para apreciação do Governador.

#### **6.1.16 Encaminhamento do Projeto de Lei para apreciação da ALES**

Para as solicitações das quais não há autorização legislativa prévia, o projeto de Lei será encaminhado à ALES para apreciação.

#### **6.1.17 Aprovação do Projeto de Lei de Crédito Adicional**

Após apreciação e votação, o projeto de lei retorna ao Executivo para sanção e publicação.

#### **6.1.18 Publicação do Crédito Adicional**

Após apreciação e votação o Crédito Adicional é publicado.

#### **6.1.19 Atendimento da Solicitação no SIGEFES**

As solicitações são atendidas no SIGEFES com a contabilização de Notas de Crédito e/ou as Liberações de Cota.

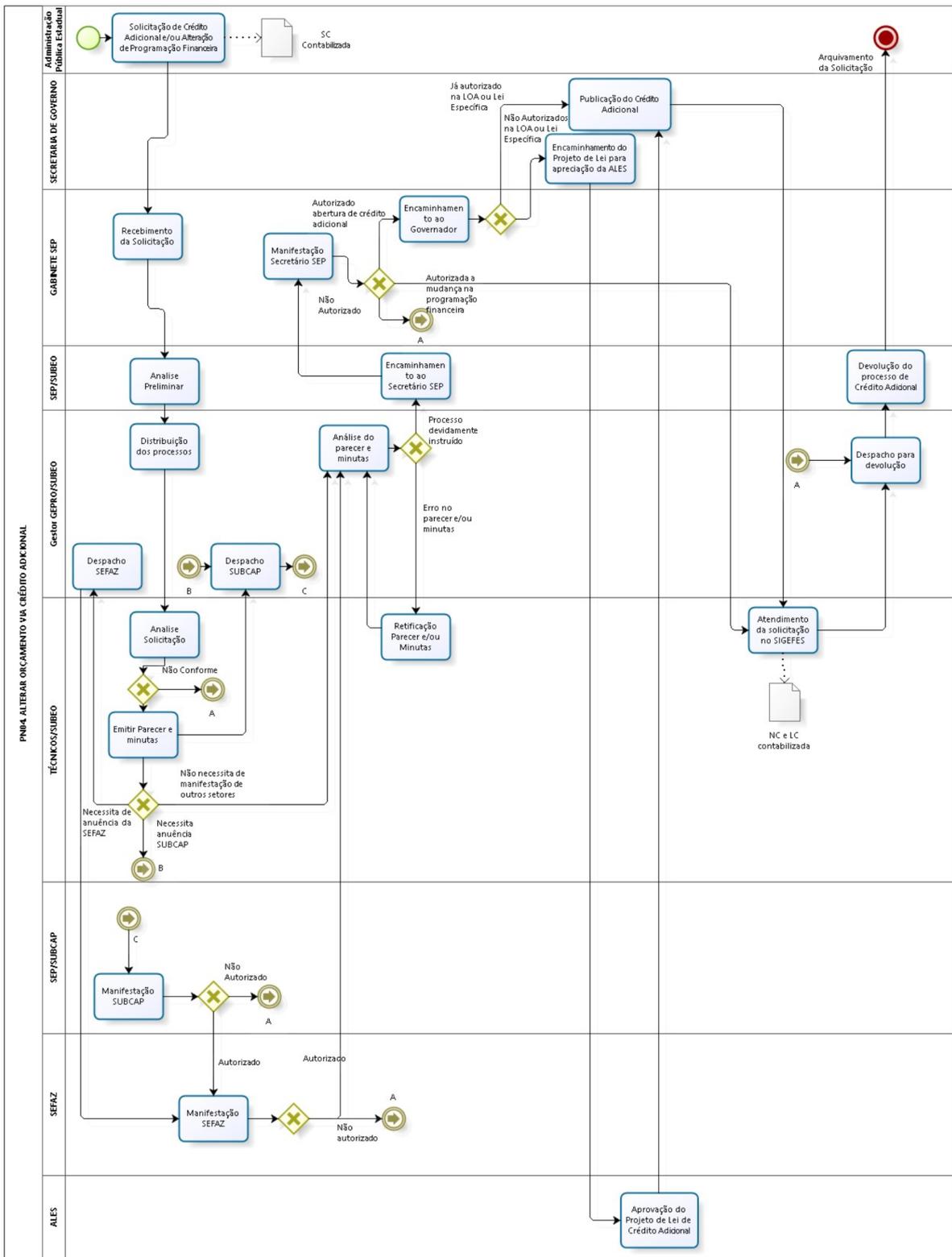
#### **6.1.20 Despacho para devolução**

Despacho com a justificativa da devolução da solicitação ou, quando for antecipação ou desbloqueio de cota, devolução após atendimento pela SEP.



# GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

## SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO





---

---

## 7. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

---

---

- 7.1** O Decreto de Programação Financeira deve também dispor sobre a liberação de cota orçamentária e financeira de recursos do tesouro e recursos de outras fontes;
- 7.2** A autorização legislativa para abertura de crédito adicional consta na LDO e LOA, além de poder ser prevista em Lei Específica.

---

---

## 8. ASSINATURAS

---

---

EQUIPE DE ELABORAÇÃO	
<b>Deusvaldo Resplande de Carvalho</b> Subsecretário de Orçamento	<b>Juliani Nunes Campos Johanson</b> Gerente de Programação e Gestão
<b>Marina Miranda Marques</b> Subgerente de Gestão Orçamentária	<b>Marina Miranda Marques</b> Subgerente de Gestão
<b>Tiago Luiz Freitas Roque</b> Coordenador da UECI	
<b>APROVAÇÃO:</b>	
<b>Álvaro Rogério Duboc Fajardo</b> Secretário de Estado de Economia e Planejamento	Aprovado em 19/03/2020